

INSTITUTO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR CLARA VITÓRIA

ROZILENE DE SOUZA CAVALCANTE

A INDISCIPLINA NA ESCOLA: ALGUMAS REFLEXÕES

GUAMARÉ/RN

2016

ROZILENE DE SOUZA CAVALCANTE

A INDISCIPLINA NA ESCOLA: ALGUMAS REFLEXÕES

Artigo Científico Apresentado à Faculdade Instituto Educacional de Ensino Superior Clara Vitória, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em (Educação Infantil e Anos Iniciais curso de Pós-Graduação).

GUAMARÉ/RN

2016

1. INTRODUÇÃO

Com as mudanças ocorridas durante varias décadas houve uma grande transformação no mundo e na sociedade, em função disso os valores e até as práticas na escola foram se perdendo ao longo do caminho, e, é na escola que fica mais notório a infração nas regras de convivência, implicando no avanço da aprendizagem. A indisciplina em sala de aula é hoje, um fenômeno que vem sendo discutido em nossa sociedade com muita frequência, seja por educadores, psicopedagogos, psicólogos ou até mesmo pela mídia.

Sabemos que a indisciplina escolar não envolve somente características encontradas dentro da sala de aula na relação professor-aluno. Fora da escola existem problemas sociais, como sobrevivência precária e baixa qualidade de vida, problemas culturais, psicológicos, além de conflitos nas relações familiares. Para mudar a perspectiva em relação a indisciplina, é imprescindível que a escola se responsabilize cotidianamente por garantir um ambiente de cooperação, em que o valor humano, o respeito, a dignidade e integridade marque as relações.

A indisciplina no contexto escolar, de acordo com Garcia (1999) está relacionada a fatores internos ou externos à escola. Entre as razões internas estariam, por exemplo, as condições de ensino e aprendizagem, a natureza do currículo, as características dos alunos, aos modos de relacionamento estabelecidos entre alunos e professores, e o próprio sentido atrelado à escolarização. Entre os fatores externos destacam-se a violência social e os conflitos psicológicos causados por ela, a influência da mídia e o ambiente familiar dos alunos.

O trabalho escolar a cada dia tem se tornado desafiador nas ações pedagógicas para alguns professores (a), por não poder muitas vezes contar com o apoio da escola e dos pais nas questões disciplinares isso contribui com a desmotivação por parte alguns dos profissionais da área da educação.

O cidadão convive em uma sociedade letrada e tecnológica, e tem acesso a todo o tipo de informações com diversas culturas, que o permite pensar na sua própria realidade com uma visão crítica e ampla sobre vários aspectos que ocorrem a todo o tempo a sua volta.

Sendo assim, o assunto indisciplina é muito relevante, pois interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem, como um fator agravante para o aprendizado do aluno e ensino didático do professor. Por que atualmente as crianças não obedecem a seus pais, e tampouco os professores.

Com a finalidade de descobrir e combater os fatores que causam comportamentos e atitudes inadequados em ambiente de ensino, buscando novas mudanças, para um melhor desempenho escolar, levando todo o coletivo escolar a refletir sobre suas práticas e atitudes e, sobretudo, a adotar uma atitude de respeito mútuo, dividindo responsabilidades.

Este trabalho é uma Intervenção Socioescolar, que oportuniza a reflexão, o estudo sistemático e a intervenção numa determinada problemática, no nosso caso na indisciplina no contexto escolar. A escolha do tema dos objetos de estudo foi devido os conflitos que afetam as relações formais e informais entre os aluno como também professor-aluno, evidenciados nos anos iniciais do ensino fundamental, na rede municipal de ensino do município de Guamaré. O papel do professor dentro da escola é muito mais abrangente, pois ele precisa estar atento as capacidades, cognitivas, físicas, afetivas, éticas e para preparação do educando para o exercício de uma cidadania ativa e pensante.

Desde inicio do ano letivo, o professor deve preparar os alunos para sua própria auto responsabilização. Ou seja, comprometê-los a participar na definição dos objetivos e regras da sala de aula, atendendo às regras gerais da escola. Fomentar o ensino participativo, envolvendo os alunos a modo que sejam agentes diretos da sua aprendizagem. É necessário que o professor planeje atividades significativas e atrativas, que possibilite ao aluno a ter atitudes flexível e cooperativa em relação ao professor e aos colegas, que culmine com pleno exercício da cidadania.

Na escola, se aprende de um jeito diferente do cotidiano, as condições são outras, porque o conhecimento é repassado de forma direcionada, por ser planejado, e levando em contas as necessidades do público alvo, que são os alunos. A criança desde cedo sabe que está na escola para se apropriar de determinados tipos de conhecimentos e de modos de pensar e de entender o mundo, organizando

e dando sentido as coisas que a rodeiam, seguindo uma lógica que ela deverá aprender.

O presente trabalho está estruturado na seguinte forma: primeiramente, apresenta uma introdução, que contextualiza o objeto de estudo (indisciplina no contexto escolar), define os objetivos que se busca alcançar e os procedimentos metodológicos utilizados sequencialmente, divide-se em três capítulos, os quais se voltam para a análise da importância do tema para formação profissional do professor formador de cidadãos e cidadãs autônomos e responsáveis.

Em particular, os referidos capítulos dedicam-se, às seguintes temáticas: o primeiro capítulo descreve a escola da criação aos dias atuais, evidenciando a organização dela nos parâmetros curriculares nacionais e nos parâmetros legais, bem como as concepções de organização escolar; no segundo capítulo discutimos a indisciplina ou ausência de limites, discutindo sobre algumas concepções, como também a indisciplina no contexto escolar; no terceiro capítulo apresentamos nossa intervenção socioescolar, nela descrevemos de forma minuciosa como planejamos e executamos nossa intervenção escolar. Por último são tecidas as considerações finais onde de forma breve, expressamos nossas considerações finais sobre a temática, destacando os pontos positivos e a melhorar nesse estudo. Reafirmamos a importância da discussão dessa temática como de extrema relevância, pois o objetivo da escola são as aprendizagens dos alunos e tudo que se tornarem impeditivo deve ser discutido com responsabilidade e compromisso por toda comunidade escolar.

A ESCOLA: DE SUA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

Só iremos compreender como se encontra a escola nos dias atuais, pensando na escola do passado, que teve seu surgimento e sua origem antes de Cristo, se podemos pensar um pouco, veremos que antes da exigência da escola, os seres humanos já passavam por um processo de transformação e de aprendizado, como se sabe na antiga Grécia.

A história da escola lá atrás no seu início que foi a partir do século VI a.C. quando surgiu as primeiras escolas Helênicas – Grécia e colônias gregas das ilhas do mar Egeu, da Ásia Menor, da Sílica e Itália meridional. Essas escolas se denominavam “Pré – Sócrates” pela sua

precedência a Sócrates, filósofo que abre uma nova era da filosofia (CAMBI, 1999, p. 29).

A escola pré-socrática tinha uma forma de pensar o homem, com essa nova forma de pensar a concepção humana se tornou mais próxima da realidade. Dessa visão serena e idealizada do mundo grego – helenístico, hoje só permanecem de pé algumas pálidas lembranças. Havia várias escolas com muitos nomes as mais importantes eram a escola Jônica, Pitagóricas, Eleática e Pluralista, que tinham seus nomes escolhidos em homenagens aos seus representantes, fundadores, pensadores e denominadores comuns nas posturas filosóficas da forma de se pensar em escola.

Para compreender a escola temos que buscar e entender o seu significado na integra a educação vem de educar (latim, *educare*) é uma tradução do grego pedagogia, pais (crianças), ago. (conduzo), que no conceito grego significa a educação integral da pessoa: física, estética, moral e religiosa. Já a escola contemporânea a preocupação é em realizar o processo de formação do indivíduo.

[...] a história da pedagogia nascia como uma historia ideologicamente orientada, que valorizava a continuidade das principais e dos ideais, convergia, sobre a contemporaneidade e construía a própria passado de modo orgânico e linear, pondo particular acento sobre os ideais e a teoria representada sobre tudo pela filosofia (CAMBI, 1999, p. 31).

As escolas educavam acreditando que o conhecimento era algo pronto acabado, perfeito na qual o aluno era visto como uma tabua rasa de informações sem questionamentos. O ato de pensar sobre o que se estava aprendendo esteve ausente por muitos séculos de geração em geração até os séculos VI e V a.C., quando surgiu a filosofia que desvendou a razão e libertou o homem.

Segundo Cambi (1999), “São escolas que se transformam no tempo e vão desde Tyasos (Cenáculo de amigos) até o „Colégio” a escola propriamente dita sobre tudo na época helenística.” A escola ao longo dos séculos passou por vários processos de transformações, mas não perdeu sua essência que é transformar a sociedade, pois a educação tem como finalidade o desenvolvimento total do ser humano.

Aqui começaremos uma prévia da história da escola, a Escolástica: doutrina filosófica que surge na idade média dos séculos IX ao XVII, caracterizada pela relação entre a fé e a razão. Expressão que designava um ensino caracterizado por seu formalismo e seu tradicionalismo. Já escola tradicional era autoritária e helenística, isto é, privilegiava as camadas sociais favorecidas. Onde o professor era o transmissor dos conteúdos, enquanto o aluno era um ser passivo que deveria assimilar os conteúdos transmitidos, em aulas expositivas.

E os objetivos obedeciam às sequências lógicas dos conteúdos, que não eram muito explícitas, baseadas em documentos legais. Valorizavam-se os aspectos cognitivos com ênfase na memorização. A memorização tem resquícios de longas datas, estando presente nas práticas atuais de forma naturalizada.

Nasceu um movimento em oposição à escola tradicional magistrocêntrica e voltada para a transmissão de conteúdos. A escola nova preocupava-se com o processo e não com o produto do conhecimento, tendo com objetivo a formação plena do homem, para que ele processa-se mudança. O pensamento liberal burguês era apresentado pela escola nova. Democrática, proclamada para todos.

As atividades eram direcionadas ao aluno, que era o centro do processo ensino – aprendizagem, enquanto que o professor agia como facilitador do mesmo. E os objetivos obedeciam ao desenvolvimento psicológico do aluno e sua auto realização. Havia a valorização dos aspectos afetivos (atividades), com ênfase na auto – avaliação.

Mesmo assim a necessidade de promover a relação interpessoal entre os gêneros masculinos e femininos para estreitar a convivência surgiu a escola mista que atendia em suas dependências tanto meninos com meninas. No Brasil, era o tipo de ensino mais comum, previsto pela LDB (Leis de Diretrizes e Bases).

Um das transformações foi a escola aberta, experiência realizada em alguns países como Canadá e a França, onde o ensino era adaptado às aptidões e os ritmos individuais (disciplina e atividades propostas). Dessa forma, um aluno que estivesse interessado na vida marinha poderia ter seu estudo focado nessa matéria, aprendendo noções de linguagem, matemática etc.

A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA: OS PARÂMETROS LEGAIS

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que "educação" é "um direito para todos um dever do Estado e da família". Todo brasileiro deve estar voltado para a Educação. Este é o princípio primordial da Educação. É a lei de diretrizes e bases da educação (LDB) que define e regulariza o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na constituição. Ela situa-se abaixo da constituição federal e define as linhas mestras do ordenamento geral da educação. Composta de quase 90 artigos.

Enquanto Lei nacional, a educação traçou entre outras coisas, os princípios educativos, especificou os níveis e modalidade de ensino, regulou e regulamentou a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino nacional. Ela envolve muitos interesses, interferindo tanto nas instituições públicas quanto privada abrangendo todos os aspectos da organização da educação nacional.

Os primeiros artigos da LDB tratam da abrangência do termo educação. Ela não é apenas da escola ela ocorre em todos os ambientes onde há aprendizado.

No Art. 1º A República Federativa do Brasil, formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e dos Distritos democráticos de direitos e tem como fundamentos: I – A cidadania, III – A dignidade da pessoa humana e IV- Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

No Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária, II – Garantir o desenvolvimento nacional e III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. No final de 1995 o ministério da educação, encontra-se empenhado na elaboração nacional dos parâmetros curriculares nacionais (PCN). Por enquanto na versão preliminar. Ao analisar os problemas da educação fundamental no Brasil. Paulatinamente agravados pela repetência sucessiva. Formação precária, evasão, os grupos de estados se propõem rever o projeto da educação do país. Concentrando-se na qualidade do ensino e da aprendizagem, (Cunha p. 474-75).

Não basta, portanto oferecer educação a todos, mas é preciso cuidado com os parâmetros curriculares, a fim de garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições social e econômicas desfavoráveis o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários exercício para a cidadania (AQUINO, 1998).

De acordo com os PCN as práticas pedagógicas deveriam seguir uma linha mais sociável, em que a escola, professor, aluno se relacionassem de maneira a haver um intercâmbio de conhecimento entre esses eixos educacionais. Os temas transversais, tópico bastante importante na proposta dos PCN, não são abordados da maneira recomendada pelo documento. O que se vê então é uma dificuldade na assimilação do conteúdo. Dessa forma, o reflexo da não aplicação da proposta dos PCN implica em uma dificuldade da assimilação do conteúdo por parte dos alunos. O que caracteriza a decadência da educação no Brasil. (Aquino, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - são referências de qualidade para o Ensino Fundamental e Médio do país elaborado pelo Governo Federal. O objetivo é propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor. Os PCN, como uma proposta inovadora e abrangente, expressam o empenho em criar novos laços entre ensino e sociedade e apresentar ideias do "que se quer ensinar", "como se quer ensinar" e "para que se quer ensinar". Os PCN não são uma coleção de regras e sim, um pilar para a transformação de objetivos, conteúdo e didática do ensino. (Aquino, 1998).

Segundo Libâneo (2004): há boas razões que justificam a proposição de orientações para o sistema de ensino. A escolarização obrigatória é um requisito indispensável do processo de democratizações da sociedade e a escola convencional o lugar próprio para proporcionar as bases de cultura geral extensiva á todos os brasileiros. Esse é o princípio que justifica o dever social e ético do governo em oferecer subsídios para um currículo e propiciar os suportes financeiros, operacionais e técnicos necessários ao atendimento universal da demanda por escolarização. Um currículo básico comum representa um benefício para a democratização do acesso e permanência na escola, consideradas heterogeneidade social e cultural e a disparidade econômica do país, bem como as condições de aprendizagem das crianças e jovens que se apresentam desiguais conforme cada contexto social.

Nos últimos séculos até os dias de hoje a escola vem se organizando de forma muito peculiar com leis que a rege. Leis essas que são elaboradas com base na Constituição Brasileira, e no ato de sua elaboração são levadas em contas os momentos, históricos e culturais que a sociedade está passando no Brasil. Do

mesmo modo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados com base nos documentos oficiais e apresentam elementos de apoio ao trabalho pedagógico dos professores do Ensino Fundamental.

AS CONCEPÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Que espaços e tempos estão criando para que as crianças possam trazer para dentro da escola as muitas questões e inquietudes que envolvem esse período da vida? As práticas infantis têm tido lugar na escola ou somos somente a “polícia dos adultos”?

A estética dos espaços e as relações que se estabelecem revelam o que pensamos sobre criança e educação. Essas concepções estão presentes em todas as práticas existentes no interior da escola, deixando mais ou menos explícitos os valores e conceitos dessa instituição.

Refletir sobre a infância em sua pluralidade dentro da escola é, também, pensar nos espaços que têm sido destinados para que a criança possa viver esse tempo de vida com todos os direitos e deveres assegurados. A entrada das crianças de seis anos no ensino fundamental se faz em um contexto favorável, pois nunca se falou tanto da infância como se fala hoje. Os reflexos desse olhar podem ser percebidos em vários contextos da sociedade.

No que diz respeito à escola, estamos em um momento de questionamento nossas concepções e nossas práticas escolares, esse questionamento é fundamental, pois algumas vezes, durante o desenvolvimento do pedagógico podemos correr o risco de desconsiderar que a infância está presente nos anos/seres iniciais do ensino fundamental e não só na educação infantil.

A ampliação do ensino fundamental para nove anos representa um avanço importantíssimo na busca de inclusão e êxito das crianças das camadas populares em nossos sistemas escolares. Ao iniciarem o ensino fundamental um ano antes passam a ter mais oportunidades para cedo começar a se apropriar de uma série de conhecimentos, entre os quais tem lugar especial o domínio da escrita alfabética e das práticas letradas de ler compreender e produzir textos. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objetivo de ensino conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Cujas a aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e

deveres. Para tanto ainda é necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejado com o propósito de contribuir. Para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva. (PCN, 2001, p 45).

A escola precisa intervir nesse processo por meio de propostas de intervenção pedagógicas, sistematizadas que possam ajudar a prática do docente. O professor precisa organizar e coordenar as situações de aprendizagens adaptando suas ações às características individuais dos alunos para desenvolver sua capacidade e habilidades intelectuais de leitura e escrita.

A partir de uma concepção de que devemos assegurar a todos a possibilidade de aprendizagem e de que escola não deve se ater apenas aos aspectos cognitivos do desenvolvimento, veremos que a reprovação tem impactos negativos, pois provoca, muitas vezes, a evasão escolar e a autoestima, o que dificulta o próprio processo de aprendizagem posterior.

Com esse princípio de respeito, no entanto, não estamos defendendo que devemos esperar que o estudante aprenda sozinho, “quando vier a consegui-lo”, mas sim criar condições propícias de aprendizagem e reconhecer quando ele está em via de consolidar os conhecimentos esperados ou quando, está conseguindo caminhar nesta direção, dentro do período previsto.

Assim sendo, a escola por ser uma instituição social com o propósito educativo tem o compromisso de intervir com eficácia para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos, ou seja, a função social da escola é educar para a cidadania. Desse modo, temos que enxergar o aluno real e não apenas idealizar mentalmente o que se quer ter em sala de aula, mas que tipo de aluno se tem e que tipo de homem se quer formar.

INDISCIPLINA OU AUSÊNCIA DE LIMITES?

Educar envolve um novo desafio cada dia. Cada situação tende a ser repetida muitas e muitas vezes, transmutada em outras formas, porém com a mesma essência. Muitos pais hoje são tão imediatos quanto seus filhos - querem tudo para hoje, para, já, para agora. E, em educação, não dá para ser assim, há que se repetir, com calma, centenas e milhares de vezes a mesma coisa, para funcionar.

Por natureza própria, o ser humano tem o desejo de sentir-se amado, aprovado e elogiado, portanto temos de aproveitar esse aspecto em prol da boa formação de nossas crianças quando o elogio vem dos pais então...aí mesmo é que elas dão o maior valor.

Cabe aos pais delegar ao filho que ele já é capaz de cumprir. Essa é a medida certa do seu limite. É por isso que os pais nunca devem fazer tudo pelo filho, mas ajudá-lo somente até o exato ponto em que ele precisa, para que, depois, realize sozinho suas tarefas. É assim que o filho adquire autoconfiança, pois está construindo sua autoestima. O que ele aprendeu é uma conquista dele. Zagure. (2002).

A autoridade é tudo o que faz com que as pessoas obedeçam, sem se basear na imposição e sim no diálogo; e o autoritarismo é uma autoridade sem limites, com exagero, que torna outro passivo ou submisso às regras. Diante da confusão em relação aos conceitos mencionados, os pais optam por não colocar limites. Outros alegam que a geração de pais recebe outro de modelo através da mídia e acaba sofrendo sua influência. Para essa abordagem liberal os pais estão sendo influenciado por modelos mais liberais e terminam por assumir um papel mais “moderno” de educar.

Rossini (2001, p.44) define em sua obra denominada “Pedagogia Afetiva” que:

A complexidade da vida moderna acaba delegando aos professores papéis antes só de responsabilidade dos pais. A família de hoje conta muito com a escola, ou seja, com seus professores na formação das crianças e dos jovens. Ela precisa estar informada sobre a linha de conduta que a escola tem com seus filhos e, o que é fundamental, concordar com esta linha: é preciso falar a mesma língua. Nos dias de hoje, o professor deve ser um “líder”, deve saber também que liderança não se impõe, se conquista. Na sala de aula, ele representa a direção, a própria família. Ali ele é o “dono da lei.

No cotidiano escolar percebemos que o educador necessita ter qualidades humanas imprescindíveis como, por exemplo: equilíbrio emocional, responsabilidade, caráter, alegria de viver, ética e principalmente gostar de ser professor. Além é claro de ter um maior conhecimento sobre o manejo de sala e de como melhor se relacionar com o aluno.

Também o professor, tem um papel de mediador entre nossa realidade social e a função do educador. E esta realidade social que nos apresenta o grande desafio: viver num mundo de alto desenvolvimento tecnológico sem esquecer que estamos tratando com seres humanos em formação.

De acordo com Rossini (2001), crianças gostam de professores que lhes dêem limites. Os professores bonzinhos nunca serão respeitados; cairão no esquecimento com muita facilidade. Alguns professores declaram que no início de carreira se sentem inseguros ao estabelecer as regras com as crianças. Têm medo de que os alunos não aceitem as regras trazendo inúmeros transtornos para sala de aula como também para sua profissão.

Naturalmente, o professor não deve permitir que somente as crianças participem do processo de estabelecimento de regras, oferecerem idéias como criá-las, fixá-las por escrito na sala de aula e envolve-las no cumprimento destas La Taille (1996, p. 9) afirma que:

(...) crianças precisam sim aderir regras e estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os limites implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no sentido negativo: o que não poderia ser feito ou ultrapassado. Deve também ser entendido o seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, e a escola como um todo (p.9).

Tiba (1996, p.118) comenta que: “Como todo empregado, o professor tem direitos e obrigações. Eventuais insatisfações ou desavenças empregatícias devem ser resolvidas por meio dos canais competentes”.

Por isso é importante que o professores adotem um padrão básico de atitudes perante as indisciplinas mais comuns, como se todos vestissem o mesmo uniforme comportamental. Esse uniforme protege a individualidade do professor. Quando um aluno ultrapassa os limites, não está simplesmente desrespeitando um professor em particular mas as normas da escola. Portanto, faz necessário o professor ter a mentalidade aberta e acompanhar o processo de construção do conhecimento, agindo como agente entre os objetos do saber e a aprendizagem, ser para o aluno seu decifrador de códigos e receptor de suas muitas linguagens, significa estabelecer limites e construir democraticamente uma interação onde em

lugar de opressão e da prepotência eleva-se a dignidade de quem educa, a certeza de quem planta o amanhã.

Mas na prática os alunos ignoram a autoridade do professor, porque o vêem como uma espécie de empregado ou prestador de serviços. Certas escolas agem como se a lógica do comércio, aquela que diz que o freguês sempre tem razão. Sabemos que a escola também é uma empresa, mas tratar os alunos como clientes ou patrões é uma total inversão de papéis. Nesses casos é preciso ressaltar a importância da autoridade moral do professor que, para Libâneo (2001), trata-se das qualidades de personalidades do professor: sua dedicação profissional, sensibilidade, senso de justiça e traços de caráter. Ou seja, crianças excessivamente inquietas, agitadas, com tendência à agressividade, que se destacam do grupo pela dificuldade de aceitar e cumprir as normas, às vezes, não conseguindo produzir o esperado para a sua idade, representam um desafio constante para suas famílias e a escola. Por outro lado, certa dose de teimosia é normal em toda criança e faz parte do processo evolutivo infantil.

Percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas, com hierarquia de valores invertida em relação à escola, transferindo responsabilidades suas para a Escola [...], a família não está cumprindo sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: limites, desenvolver hábitos básicos (VASCONCELLOS, 1995, p. 22).

Portanto, queremos deixar claro que não estamos centrando exclusivamente nos professores a responsabilidade pelo comportamento dos alunos na aula, mas, não podemos deixar de acentuar que quando os professores atuam com competência profissional, unidade e coerência, sentindo-se responsáveis pelo que ocorre ao seu redor, os comportamentos inadequados ficam restritos a poucos alunos, com problemas muitas vezes de origem extraescolar.

O ideal seria o adulto criar junto com as crianças as normas e as sanções ao não cumprimento destas normas. Além de comprometê-la, responsabiliza-a pelas consequências de seus atos, caso não as cumpra. É importante que ela possa cumprir a norma ou deixar de participar da tarefa até que esteja se sentindo apta a isso. Assim, o adulto a está auxiliando a tomar consciência das consequências de suas atitudes. Não se trata de suprimir um comportamento indesejável (introdução

pelo medo, ou pela imposição), mas de difundir a adesão ao comportamento desejado.

Zagury (2002, p.192) afirma que:

Hoje, a punição é cada vez mais rara, tanto na escola como em casa. Os pais têm larga parcela de culpa no que diz respeito à indisciplina dentro da classe. É uma situação cada vez mais comum: eles trabalham muito e têm menos tempo para a educação das crianças. Sentindo culpados pela omissão, evitam dizer não aos filhos e esperam que a escola assuma a função que deveria ser deles: a de passar para a criança os valores éticos e de comportamentos básicos.

Uma solução possível seria de revitalizar a confiança da família no seu papel de formadora e trazê-la cada vez mais para dentro da instituição. Quando os pais passaram a se sentir inseguros e culpados por não estar tão próximo dos filhos, a escola tentou ocupar esse espaço. Mas ela não tem condições de fazer bem as duas coisas. Os conteúdos estão mudando rapidamente. Ao levar os pais a participar de encontros, palestras, reuniões e troca de experiências com outros pais, eles saem fortalecidos e sentem que não estão sozinhos nessa luta

INDISCIPLINA

Com as mudanças ocorridas durante o século XX, tanto no campo das relações humanas como no campo da educação, criar e educar uma criança tornou-se um desafio para pais, professores e responsáveis. Pois o mundo mudou mais os valores morais, éticos esses continuam os mesmos. Os pais ficam em sérias dificuldades ao tentarem colocar em prática algumas ideias que tinham em mente ao iniciarem ao longo e delicado caminho das novas gerações.

Segundo Zaguri (200. P. 90).

Educar envolve um novo desafio a cada dia. Cada situação tende a se repetir muitas vezes, transmutada em outras formas, porém com a mesma essência muitos pais hoje são tão imediatos quando seu filho – querem tudo para hoje, para já, para agora. E, em educação não dá para ser assim. Há que se repetirem com calma, centenas e milhares de vezes a mesma coisa para funcionar [...]

Vale ressaltar que por si só o ser humano não nasce indisciplinado, está relacionado aos valores que, os pais transmitem aos filhos nas suas relações em casa. Pois muitos pais têm em mente a ilusão de que o filho sempre vai ser pequeno e nunca irá crescer, tal pensamento leva alguns pais errarem na educação de seus filhos, criam dentro dos lares, mundos fictícios onde há um rei, que é ele e os demais são os seus servos, que estão ali para realizar todos os seus desejos e caprichos.

O desejo maior dos pais é que seus filhos sejam quando crescer cidadão do bem, e na maioria das vezes esses mesmos pais esquecem-se de plantar no seu filho a disciplina agregada valores e dignidade. Já para os professores a tarefa é ainda mais complexas, pois além de passar valores tem que proporcionar e facilitar a aprendizagem e o conhecimento.

Para Silva (2004), o termo indisciplina é quase sempre empregado para designar todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização

Segundo Macgoldrick, (1995,apud Carvalho, 2003),

Portanto é de suma importância uma análise conjunta: família e escola. E considerando que o conceito de família é complexo e varia de acordo com suas culturas, neste estudo o termo utilizado refere-se à família nuclear caracterizada pelo pai, mãe ou responsável e filho. Ou seja, sempre que se refere a "Pais" está submetido que são os responsáveis pela criança.

A parceria entre família e escola é necessária para detectar as possíveis falhas e tentar solucionar os problemas da disciplina. Sendo assim, com uma posição firme dos pais de encarar a disciplina como propriedade da criança neste momento. Há possibilidade de uma posição vantajosa por parte do aluno, não só que diz respeito à escola, mas também na família

A origem dos comportamentos ditos indisciplinados pode estar em diversos fatores: ligados às questões relacionadas ao professor, principalmente na gestão de sala de aula; outros centrados nas famílias dos alunos ou nos próprios alunos; no processo pedagógico escolar e ainda outros alheios ao contexto escolar. (ANTUNES 2002)

Para Pires (1999) a família e a escola mudaram de modo significativo nos últimos tempos. Para o autor, a família antes era cúmplice da escola, mais infelizmente hoje, tem depositado suas funções e delegado suas responsabilidades à ela, e assim mesmo tem a criticado, assim os alunos vêm na escola com menos limites trabalhados e conquistados.

A indisciplina na sala de aula se comparada à indisciplina social não é tão grave. Outro fator importante é a questão da indisciplina muitas vezes, não ser exigida dentro das determinadas famílias. O comportamento de alguns pais muitas vezes tem deixado a desejar na educação dos filhos, que por sua vez acabam por tornar rebeldes, chegando a ter atropelamentos entre os amigos na escola.

Segundo Buscaglia (1993) “a família é definida como um sistema social pequeno e independente, dentro do qual podem ser encontrados subsistemas ainda menores, dependendo do tamanho da família e das definições de papel”.

Para Aquino (1996), é impossível negar a importância e o impacto que a educação familiar tem sobre o indivíduo. No entanto seu poder não é absoluto e irrestrito. Neste sentido é preciso que a estrutura familiar adaptar-se às circunstâncias novas e transforme determinadas normas, sem deixar constituir um modelo de referencial.

Segundo Aquino (2003). “a indisciplina traduzir-se-ia numa espécie de efeito de inconformidade, por parte do alunado, aos anacrônicos padrões de comportamento nos quais as escolas ainda parecem inspira-se”. Neste sentido, enquanto houver professores impondo comportamento, sempre haverá alunos protestando e procurando meios de fugir destas regras que lhes parecem ser arbitrárias.

Quando a criança inicia-se na vida escolar, a escola tem uma das tarefas mais importantes, distintas e complementares que é a aprendizagem e o conhecimento. A criança desenvolve corpo e mente mais nem sempre um acompanha o outro. Em muitos casos, é consequência de mimos feitos do modo exagerado “que o desenvolvimento intelectual envolve também corpo e emoções” (WALLON, 2011).

Nesse contexto também estar à disciplina escolar que refere-se a postura do aluno diante das regras de convivências estabelecidas pelas instituições escolares, enquanto por outro lado as escolas muitas vezes se apresentam com praticas

disciplinares acompanhadas por autoritarismo inadequadas as concepções sobre relações disciplinares e pedagógicas que muitas vezes dificulta, o desenvolvimento de suas propostas de trabalho. Assim, diz Makarenko (1938, p. 12).

A disciplina não é efeito de certas medidas “disciplinares”, mas, sim de todo o sistema de educação, de todas as circunstâncias da vida, de todas as influências a que as crianças estão sujeitas. Nesse sentido, a disciplina não é a causa, não é o meio de uma boa educação, mas o seu resultado [...]

A escola é uma instituição complexa, sua função tradicional é a de facilitar a isenção do indivíduo no mundo social. o indivíduo deve aprender as formas de conduta social, os rituais e as técnicas para sobreviver (santos, 2006)

Segundo Pirola (2007) a relação entre a escola e a sociedade de ainda precisa ser construída, no contexto educacional atual, em substituição ao fracasso escolar. O problema da indisciplina escolar é um grande desafio aos objetivos educacionais, pela não organização e normalização das atividades e relações em sala de aula para que a aprendizagem dos conteúdos curriculares se efetive. Assim, esse fator atrapalha o desenvolvimento do trabalho pedagógico em relação á qualidade de ensino, abalando o desempenho tanto dos estudantes, quanto dos docentes.

O professor é importante não somente como figura central, mas como coordenador do processo educativo, criando espaços pedagógicos interessantes, estimulante e desafiadores, para que neles ocorra a construção de um conhecimento escolar significativo (Santos 2006).

Algumas estratégias podem ser feita pelos professores para prevenir comportamentos indisciplinados por seus alunos em sala de aula: refletir sobre as atividades é função do professor, planificar a aula cuidadosamente em todos os seus momentos, com intuito de promover a concentração; cativar os alunos para a sua disciplina; observar atentamente cada aluno; favorecer o desenvolvimento da autoconfiança; fomentar o respeito mútuo entre os alunos e entre os alunos e o professor; discutir com os alunos o regulamento de uma turma, respeitando-o e fazendo-o o respeitar.

A educação posta como um ato social e humano que implica doação, reflexão, troca, (inter) comunicação, problematizarão, concretização de ações, aquisição e reorganização dos conhecimentos. Educar e educar-se é refletir sobre o seu papel de agente transformador do mundo (FREIRE, 2001, p. 27).

Segundo Vasconcelos (1993), a indisciplina pode ser classificadas em cinco grandes níveis: Sociedade, Família, Escola, Professor e Aluno. Quanto a disciplina, cabe os professores procurarem valores do passado, assim como proporcionar aos alunos que estejam aberto aos novos valores e disciplina em sala de aula. Isso mediante propostas relacionadas as condições sociais, políticas, econômicas, culturais. Não há duvida que a escola é um local onde acontece muitos problemas que vem do exterior para dentro. As comunidades escolares são grandes, há grande diversidade de personalidades, há muita gente em interação e não é fácil digerir entre tanta gente.

Aquino (1998) menciona que no Brasil os “alunos problema” ou indisciplinados surgem na escola de forma concomitante ao fracasso escolar decorrente do processo de escolarização inicial. Segundo La Taille (2007, p. 17) “A dimensão moral da criança tem de ser trabalhada desde a pré-escola. Ética se aprende, não é uma coisa espontânea”.

Muitas vezes, a professora da pré-escola dá desconto a muitas ações das crianças achando que estão sendo coerente com aquelas atitudes em razão da idade da criança, ela só reconhece que esta agindo de forma equivocada quando essas atitudes começam a ficar corriqueiras. A professora percebe que a sua autonomia já não funciona mais, e que a criança é quem dita às regras.

O que mais se ouvem são narrativas de professores de ofensas verbais feitas por alunos entre eles, e também com os professores e toda comunidade escolar. Isso nos leva a pensar que se as pessoas não se tratam bem dentro de casa, como é que vão vir para a escola e vão ter outro tratamento? Se não resposta ao seu comportamento, muitos alunos trazem para a escola o seu jeito muito particular de se relacionar (tapas, socos, empurrões, xingamento), que é encarado por coordenadores como questão cultural, local e que os docentes devem dá um desconto e muitas vezes até fazer vistas grossa, mais está na hora da escola também devolver e respingar nas famílias as suas regras e princípios.

Sobre isso, nos fala (ZAGURI, 2001, p. 7) que:

É fundamental acreditar que dar limites aos filhos é iniciar o processo de compreensão do outro (atualmente muita gente acredita que limites provoca necessariamente um trauma psicológico e, em consequência acaba abrindo mão desse elemento fundamental na educação). Ninguém pode respeitar os seus semelhantes se não

aprender quais são os seus limites – e isso compreender que nem sempre se pode fazer tudo que se deseja na vida.

AUSÊNCIA DE LIMITES

Nos dias atuais muito se fala na falta de limites, aliados a vivência profissional por componentes da rede de ensino. O professor é antes de tudo um educador aquele que tem o papel de não só transmitir conhecimentos, mas facilitar o conhecimento de ideias, valores e princípios, para então poder formar uma determinada personalidade do educando.

Segundo ANTUNES, (2002): Ensinar não é fácil e educar é mais difícil ainda; mas não define limites; quem não constrói democraticamente as linhas do que é e, do não é permitido. O aluno só cresce se tiver diante de um desafio, isso deve ocorrer diariamente, desde que os estejam e sejam claros. As escolas precisam estabelecer regras de faltos mais rigorosas, caso contrario os alunos vão continuar fazendo o que bem entenderem e os professores continuarão sem poder fazer muita coisa.

Para La Taille (2007 p. 16)

Em primeiro lugar é preciso lembrar que criar cidadãos éticos é uma responsabilidade de toda sociedade e suas instituições. A família, por exemplo, desempenha uma função muito importante até o fim da adolescência, enquanto tem algum poder sobre o filho.

É fundamental acreditar que dar limite aos filhos é iniciar o processo de compreensão e apreensão do outro. Atualmente muita gente acredita que o limite provoca necessariamente um trauma psicológico e em consequência, acaba abrindo mão desse elemento fundamental na educação.

Ninguém pode respeitar seus semelhantes se não aprender quais são seus limites, e isso inclui compreender que nem sempre se pode fazer tudo que se deseja na vida.

O pai que tem , por outro lado, ouve e respeita seus filhos, mas pode, por vezes, ter de agir de formas mais dura do que gostaria, às vezes ate impositivamente, mas sempre o objetivo será-estar do filho, protegê-lo de algum perigo ou orientá-lo em direção à cidadania

Para Zagury (2001). E necessário que a criança interiorize a ideia de que poderá fazer muitas, milhares a maioria das coisas que deseja, mas nem tudo, e nem sempre. Essa diferença pode parecer sutil mas é fundamental. Entre satisfazer

o próprio desejo e pensar no direito do outro, muito tendem a preferir satisfazer o próprio desejo, ainda que por vezes prejudique alguém. Porque, afinal nem sempre o que se deseja é útil e correto socialmente.

Segundo Zaguri (2001, p. 10)

A criança que não aprende a ter limite cresce com uma deformação na percepção do outro. Só ela importa, o seu querer, o seu bem estar, o seu prazer. O seu egocentrismo, natural nos primeiros anos, mas que deve diminuir, nesses casos, nessa etapa, está exacerbado, só cresce.

A ausência de limites, certamente ocasiona a indisciplina, pois crianças sem limites são indisciplinadas, porém o que significa ser ou estar na condição indisciplinado? Quais as causas da indisciplina? Quais as consequências da indisciplina na escola? Certamente, todo este comportamento da criança interfere diretamente na aprendizagem das crianças.

A ausência de limites é parte da indisciplina, a recusa, a aceitação dos limites estabelecidos em todas as circunstâncias, e na escola, mais ainda, pois a criança passa muito tempo na sala de aula e as regras são naturalmente vivenciadas no dia a dia, é que esta questão aparece.

Para haver disciplina a escola precisa ser séria, asséptica e isolada do mundo pelas paredes da sala de aula, bem como da escola da professora severa das classes em filas, do culto ao silêncio, do trabalho isolado dos rostos sérios, dos castigos humilhantes, das paredes nuas e do apego ao livro, ao caderno e ao lápis como único recurso didático. Nesse paradigma se acreditava em uma educação disciplinada que na verdade era opressora e condenava a escola ao tradicionalismo.

Considerando que a humanidade dos humanos reside no fato de serem racionais dotados de vontade livre de capacidade para a comunicação e para a vida em sociedade, de capacidade para interagir com a natureza e com o tempo nossa cultura e sociedade nos definem como sujeito do conhecimento e da ação, localizado a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito a condição de objeto (CHAUI, 1999, p. 337).

Quando a criança vai para o ensino fundamental nos anos iniciais se não tem sido trabalhado seus limites, os problemas de convivência tomam proporções inadmissíveis, o individualismo é um dos fatores mais visíveis, que se torna um dos

obstáculos de maior na aproximação entre os demais, os professores enfrentam, portanto, muitas vezes crianças com esse tipo de comportamento se negam a interagir com o outro, não compartilhando seus objetos como o material escolar, lanche, brinquedos e etc., há recusas em compartilhar tudo que ela entende como sendo de sua propriedade, nos momentos em que os trabalhos coletivos são propostos elas se recusam a fazer as atividades em grupo.

Essas crianças muitas vezes nomeiam um coleguinha para o bel prazer, realizando todos os seus caprichos, quando por consequência do seu comportamento é chamada atenção pelo professor esboça dificuldades em aceitar que errou, com isso dificultando a prática do professor e o seu próprio avanço, tanto na aprendizagem como nas relações interpessoais.

A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obtidas tanto pelos professores, quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito (TIBA, 2006, p.125).

Diante desse desafio a escola busca a interação dos familiares. Outra atitude para enfrentar a indisciplina são projetos que venham viabilizar essas situações que chegam a ser perturbadoras para os educadores, a preocupação dos docentes não é apenas como desenvolvimento cognitivo, mas também com todos os aspectos da personalidade do aluno, pois com isso à perdas em outras habilidades relacionadas com a afetividade, solidariedade, trabalhos coletivos e com a autoestima da criança para compreender tal particularidades dos alunos, é fundamental que o professor procure se informar sobre algumas singularidades e para suas múltiplas identidades como meninos, filho e aluno, sua história, étnico-racial e pertence a uma determinada classe social.

Quando não há limites, a consequência é a indisciplina, inicia-se os conflitos dentro da escola, regras são quebradas, é apenas o começo da indisciplina que é causada pela falta de limites.

Quando a escola recebe a criança, e o seu comportamento está demonstrando descontrole emocional, com momentos de histerias, por coisas banais, ataques de raiva, jogando os seus matérias nos coleguinhos na professora, chorando, arrancando os próprios cabelos, é à hora se fazer algo, pois se não houver uma intervenção do professor o mesmo terá consequências terríveis no futuro. Segundo Zaguri (2001, p. 8):

É certo que a escola é uma instituição que muito irá colaborar com os pais nesse sentido, mas nunca os substituir. Todos têm um papel importante, mais o papel dos pais em insubstituível na formação moral da criança, a escola tem também uma grande importância que é sistematizar os valores ensinados pelos pais.

Para Parolin (2006, p. 19) a família e a escola têm tarefas importantes, distintas e complementares. É ingênuo e falacioso culpar apenas a família pelos problemas de aprendizagem da criança, ou, contrário, culpar somente a escola pelo fracasso escolar da criança.

É preciso que haja sim, uma parceria, entre escola e família e não, um jogando a culpa no outro, pois isso não irá contribuir em nada, só trará aborrecimentos desagradáveis, no momento em que todos se unem em prol de resolver o problema aí sim, podemos dizer que a verdadeira vitória na aprendizagem da criança.

REFERÊNCIAS:

Aquino, J, G. **indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: moderna 2003.

AQUINO, J. G (org.). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e Conhecimento. **Indisciplina na escola**. São Paulo: Summus, 1996.

PIROLA, Sandra Maria fulco. **O problema da “indisciplina dos alunos”:**um olhar para as praticas pedagógicas cotidianas na perspectiva de formação continuada de professores. Olhar de professor, ponta grossa, **10** (2): 81-99, 2007.

PIRES, Dorotéia Baduy. Disciplina: **construção da indisciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. Educação e sociedade, ano xx, nº 66, abril / 99

-----**indisciplina na escola:** alternativas teóricas e praticas. São Paulo: Sammus, 1996.

SANTOS, cladeovone ferreira dos. **A Indisciplina no cotidiano escolar** Candombá- revista virtual, v. 2, n.1, p.14-23, jan- jun. 2006.

TAVARES, A. M.B. Don. Refletindo sobre o conceito e as causas da indisciplina In: Oficina pedagogicalll (**fortalecimento das relações humanas, dentro do espaço escolar como forma de combater a violência e as dificuldades de aprendizagens.**), Guamaré: SMEC, 2007

LA TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: **Indisciplina da escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sumus, 1996.

LA TAILLE, Yves de. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Editora Ática, 1998

CAMBI, Franco. **Historia da Pedagogia**. Álvaro Lorencine (Trad.). São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Enciclopédias).

BRASIL. Assembléia Legislativa. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394/96. Brasília: Centro Gráfico, 20 de dezembro de 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**: São Paulo: Ática, 1999.

MAKARENKO, Antôn Semionovich. **Nunca mais ladrões nem mendigos**: Somos dirigentes. Ucrânia: 1938, p. 12.

TIBA, Içami. **Disciplina Limites na medida certa. Novos Paradigmas**. São Paulo: Integrare Editora, 2006

WALLON, Henri Paul Hyacinthe. **A teoria pedagógica**: Educar para crescer. Disponível em: <http://www.abril.com.br>. Acesso em: 1 jul. 2011.

GUIMARÃES, A. Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola. **Indisciplina na escola**. São Paulo: Summus, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Liberdade, 2000.

ZAGURY, Tânia. Relação professor/aluno, disciplina e saber. **Revista Pátio**, ano 2, n. 8, p. 9-12, fev./abr., 1999.

BRASIL, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) volume 8 Apresentação dos Temas Transversais e Ética. 3ª edição, Brasília, 2001.

BRASIL, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) volume 1 Introdução. 3ª

edição, Brasília, 2001.